

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

LEI COMPLEMENTAR N° 418/2004

Ementa

PROÍBE A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE VAGAS EM ESTACIONAMENTO DE QUE TRATA O ART. 80, § 4°. DO PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

29/12/2004 31/12/2004 Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Lei Complementar nº 767/2004 - Autoria: Felisberto Negri Neto

Status de Vigência

Execução suspensa

Observações

Retificação: IOM 07/01/2005.

Ação Direta de Inconstitucionalidade 166.824-0/2 - Procedente em 19/11/2008.

ECONOMIA - comércio e serviços - geral

TRANSPORTES E TRÂNSITO - estacionamento

PLANEJAMENTO - uso do solo Autor: FELISBERTO NEGRI NETO

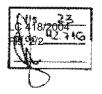
Histórico de Alterações

Data da Norma Relacionada Efeito da Norma Relacionada

29/12/2004 <u>Lei Complementar n° 416/2004</u> Revogada por 17/03/2009 <u>Decreto Legislativo n° 1224/2009</u> Insubsistente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI COMPLEMENTAR N.º 418, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2.004

Proíbe a exploração comercial de vagas em estacionamento de que trata o art. 80, § 4º do Plano Diretor Físico - Territorial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2.004, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica vedada, nos edificios comerciais e de serviços, a exploração comercial ou de serviço remunerada das vagas de estacionamento fixadas nos termos do art. 80, § 4º, da Lei 2.507, de 14 de agosto de 1981 (Plano Diretor Físico - Territorial).

Parágrafo único – As vagas de que trata o *caput* deste artigo deverão respeitar as dimensões fixadas pelo Poder Público, bem como deverão ser numeradas a fim de distinguí-las daquelas facultativas, passíveis de cobrança.

Art. 2º - O descumprimento desta lei implicará na imposição das seguintes penalidades:

I – notificação escrita para o cumprimento da lei no prazo de 30 (trinta) dias;

II – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, por descumprimento desta lei, após o prazo estatuído na notificação;

III – cassação do alvará de funcionamento após 60 (sessenta) dias da aplicação da sanção disposta no inciso II deste artigo.

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL HADDAL Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Municipio de Jundiaí, aos vinte e nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatro.

MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA

Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos

cs.2